

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

ENTREVISTA COM O PROF. HANS AUGUSTO THOFERN

Neiva Otero Schäffer

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 189-190, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38220/24601>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ENTREVISTA COM O PROF. HANS AUGUSTO THOFHERN

Dando seguimento ao projeto de publicar no Boletim Gaúcho de Geografia os depoimentos de profissionais que tiveram um importante papel na organização da AGB-PA ou na consolidação das profissões de geógrafo e de professor de Geografia, a Comissão Editorial entrevistou o professor Hans Augusto Thofhern. Estão a seguir as respostas às questões propostas.

• *AGB-PA: Como ocorreu sua formação profissional?* • Concursado como desenhista da Secretaria de Agricultura em 1939, em 1953 obtive uma bolsa em Cartografia na Universidade George Washington, em Washington, DC. Passei a ocupar o cargo de cartógrafo e fui estatuído em 1958, como técnico-científico. Formei-me em Geografia, em 1958, e passei a lecionar Cartografia na UFRGS e na PUCRS.

• *AGB-PA: Como se processou a criação do cargo de geógrafo e qual a sua participação no processo?* • Com o ingresso do Alberto Moreno na função pública, o cargo foi transformado pela Assembleia Legislativa do Estado para geógrafo. Fundou-se, então, uma Associação dos Geógrafos Profissionais, com alguns dos poucos geógrafos que foram, posteriormente, nomeados. Em 1981, apareceu um anteprojeto de resolução para o registro dos geógrafos no CREA, via Conselho Federal de Engenharia e, mais tarde, uma lei que dispôs sobre o registro de geógrafo no Conselho do CREA, regulamentado pelo Decreto 85.138, de 15 de setembro. Naquele ano, fui solicitado, pelo CREA, a apresentar sugestões sobre a regulamentação da profissão de geógrafo. O registro de geógrafo passou a ser um longo período de espera, fazendo com que eu precisasse dispor dos serviços de um advogado e do Diretório dos Estudantes de Geologia, em apoio aos da Geografia, para me dirigir à reunião do CONFEA, em Brasília, em 08 de maio de 1981, protestando pelo atraso de oito meses no cumprimento da Lei Federal 6.664, de 26 de junho de 1979, e do Decreto 85.138, de 15 de setembro de 1980, no registro profissional. Foi fundada, também, uma Associação dos Geógrafos Profissionais – Seção RGS, com os sócios Lia Luz Livi, Anelisa Damiani, Casemiro Jacobs, Nely Blauth e poucos mais. Com esta pressão foi conseguido, finalmente, o tão almejado registro dos profissionais.

• *AGB-PA: Como funcionava a Associação?* • No princípio, formou-se um Conselho, do qual eu participava. Logo depois, constituiu-se a estrutura dos geógrafos no CREA, sendo eleita a competente colega Lia Livi. Tomei ainda parte, no início da formação, como conselheiro informal, mesmo porque não possuía dons administrativos, senão modestas habilidades técnicas. Ainda, naqueles tempos, andava às voltas com a feitura da redação de mestrado e com o início da tese de doutorado, aprovados em 1976 e 1980, respectivamente. Tratava, também, da Livre Docência, além da Chefia do Diretoria de Geografia e Cartografia, ligada à repartição da Reforma Agrária Estadual, função esta exclusivamente técnica.

• *AGB-PA: Como era a formação de geógrafo?* • Na época (final dos anos setenta), a formação do geógrafo atendia às exigências da lei publicada em 26 de junho de 1979, atinente a informações geográficas como um todo – se bem que a formação profissional era, na maior parte, descritiva, como resultado do Curso de Geografia e História. Imagine-se hoje a descrição de mais de trezentos países. A Geografia daquele tempo foi absorvida pela estrutura mais atualizada da pesquisa em combinação com a Cartografia. O mapa do Estado, em 1:750.000, já existia. Uma carta em 1:500.000 e cartas municipais, produzidas devido à criação de novos municípios, bem como a feitura de trabalhos geográficos, principalmente na Secretaria de Planejamento, apareceram. Como se vê, a ação dos geógrafos, na época, foi incipiente e retardada, às vezes, pela Cartografia estacionária. Em troca, o Conselho de Geografia do Brasil publicava estudos geográficos regionais, os quais passaram a ser usados pelos

geógrafos locais. O *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, órgão oficial da Geografia, iniciado em 1955, também trazia estudos e informações geográficas, como, por exemplo: "A origem da cidade de Porto Alegre", de Helcna Fonseca; "Determinação da intencionalidade da descoberta de Cabral pelo método cartográfico", elaborado por mim; "Plano de criação de um gabinete de Cartografia", por Maria F. de Souza Doca Pacheco; "Elementos da formação dos municípios do Rio Grande do Sul"; Excursão à Região Colonial antiga do Rio Grande do Sul", por Orlando Valverde; etc.

• *AGB-PA: Como vê o papel da AGB?* • O papel da AGB, como representação da legalidade do exercício da profissão, precisa hoje seguir de perto os passos do geoprocessamento, a exemplo de Curitiba e de outras capitais, e mais a tendência atual do Conselho de Geografia e Estatística, bem como a contratação de serviços particulares. Talvez a publicação de uma revista, nos moldes do "Fator GIS". Com muita satisfação vemos, também, o planejamento da cobertura do Rio Grande do Sul, por aerofotos em 1:60.000, pelo Serviço Geográfico do Exército. É importante, ainda, chamar cursos sobre Geoprocessamento, a exemplo de Curitiba, a fim de promover a atualização da ciência geográfica no Rio Grande do Sul.

De uma maneira geral, podc-se, finalmente, dividir a informação em Geografia, em dois tipos e uma conclusão: 1.) a forma física da paisagem e sua cartografia; 2.) o tipo e a competência do ser humano; e 3.) a forma final do aspecto geográfico. Isto é, uma paisagem física, trabalhada pelo homem, pode variar na cultura da terra e na economia, de acordo com a capacidade do grupo humano. Por outro lado, o levantamento de dados numéricos e físicos, com saída computadorizada, não deve esquecer que os resultados são algo *fríos* e despidos da *explicação* pelo homem. A apresentação final do geoprocessamento não deve ser simplesmente um SIG urbano, cadastral, ambiental e socioeconômico, mas deve sempre conservar algo do aspecto e interpretação do *calor* humano.